



MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Rua do Limoeiro, nº 137 - Bairro Nazaré
Salvador-BA, CEP 40055-150
- <http://mco.ebserh.gov.br>

Ata de Registro de Preços - SEI nº 01 LM BROTHERS CORTINAS LTDA/2024

Processo nº 23535.008543/2023-37

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2023

Validade da Ata: 12 meses

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2024

A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES-FILIAL MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ sob o nº 15.126.437/0028-63, com endereço na Rua do Limoeiro, 137 – Nazaré – Salvador/BA, CEP 40055-150, neste ato representa pela sua Superintendente, Sra. **Sinaide Santos Cerqueira Coelho**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 05443643-50, SSP/BA e do CPF nº 742*****-53, nomeada pela Portaria SEI nº 217, de 09 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 10 de maio de 2018, edição 89, seção 2, página 16 e pela sua Gerente Administrativa Substituta, Sra. **Barbara de Oliveira Ribeiro Castro**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 4114224-1 SSP/BA, CPF nº 789.***.***-34, nomeado pela Portaria - SEI nº 669 de 20 de dezembro de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 500, de 20 de dezembro de 2023, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução nº 155/2022 do Conselho de Administração (RLCE 2.0), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para registro de preços nº38/2023 publicada no 23/01/2024 processo administrativo nº 23535.008543/2023-37, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital e no termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes no RLCE 2.0, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais diversos para atender a ações de Segurança do Paciente e Humanização da Maternidade Climério de Oliveira conforme quantidades, especificações e condições descritas neste instrumento.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. A especificação técnica, assim como quantidade a ser fornecida consta na tabela abaixo:

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

FORNECEDOR: LM BROTHERS CORTINAS LTDA

CNPJ: 14.569.103/0001-81

ENDEREÇO: AV. REMIGIO DALLA VECCHIA, 561 – JARDIM NAIR MARIA – SALTO / SP – 13.322-270

E-MAIL: comercial@lmbrothers.com.br

TELEFONE:(11) 4456-3731:

Tabela 01 - Itens e Quantidades

ITEM	CÓD. CATMAT SIMLIAR	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE MCO-UFBA (UASG GERENCIADORA)	QUANTIDADE HUPES-UFBA (UASG PARTICIPANTE)	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	482531	Cortinas divisórias para leitos hospitalares, as quais não devem apresentar emendas. Devem ser confeccionadas em material vinílico (PVC) com espessura mínima de 0,30mm, com dupla superfície lisa, sem porosidade, bem como tecido com resistência à ruptura principalmente nas bordas laterais e superior, com no mínimo 2,00m de altura. O material deve ter propriedades de alta tenacidade (baixo alongamento, baixo encolhimento, resistência química) e para uso hospitalar. Quando houver necessidade, deve-se prever tela superior, em formato de colméia, também em material impermeável, com bordas de reforço superior e inferior, com até 0,50m de altura. O sistema deve possuir tratamento para garantir características antibacteriana, antifúngica, antichamas, anti-mofo, anti-alérgico, antiaderente e anti-estática. Todo o material do sistema da cortina deve ser antiaderente (resistente à aderência de óleo, graxas e gorduras), com possibilidade de retirada de sujeiras com água e sabão e que dispense uso de ferro de passar de forma que não encolha e não deforme. Devem estar incluídos todos os acessórios necessários para fixação das cortinas, ilhós de latão, de fácil abertura e fechamento, com deslizamento fácil para ser utilizado no suporte de alumínio a ser	m²	180	540	720	R\$ 88,00	R\$ 63.360,00

		adquirido e instalado. Quando executadas em material metálico, as peças devem ser confeccionadas em material resistente à corrosão. Cores a serem definidas pela fiscalização do contrato a ser firmado. Incluída a instalação de todas as peças nas unidades da Contratante.						
6	404306	Trilhos para cortinas hospitalares, os quais devem ser em alumínio com pintura eletroestática na cor branca, retos ou curvos (de aproximadamente 45°, 60° ou 90° possibilitando todos os contornos/percursos para parcial ou total fechamento dos leitos), com previsão de fixação direta na laje ou em forro de gesso acartonado, bem como através de distanciadores/ conectores/ prolongadores de teto específicos nos ambientes com pé direito maior (estas peças complementares também devem ter pintura eletrostática na cor branca, retos, com fixação no teto e no trilho). Devem estar incluídos todos os acessórios necessários para fixação adequada dos trilhos, tampas, roldanas, deslizantes e rodízios de alta resistência. Os rodízios devem ter alta resistência, com características que não enrosquem e nem saquem dos trilhos e não se deformem e tenham deslizamento fácil e silencioso. Todos os materiais do sistema de trilhos devem ser resistentes a limpeza química hospitalar e à corrosão. Incluída a instalação de todas as peças nas unidades da Contratante.	m	35	270	305	R\$119,00	R\$ 36.295,00

Valor Total: R\$ 99.655,00 (noventa e nove mil seiscentos e cinquenta e cinco reais)

Quantidade de itens: 02

3. CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Maternidade Climério de Oliveira , UG 155906.
3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Nome	UASG
Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES-UFBA)	155907

4. CLÁUSULA QUARTA – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016 que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e no Decreto nº 7.892/2013.
- 4.2. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.
- 4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 4.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P)
- 4.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador
- 4.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preço.
- 4.9. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.
- 5. CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE DA ATA**
- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar da última assinatura desse instrumento.
- 6. CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO**
- 6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 120 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação

- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. a pedido do fornecedor.
7. **CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES**
- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
8. **CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS**
- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.
- 8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.
- 8.3.1. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances
- 8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.
- 8.5. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Ou Subseção Judiciária do Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata que não possam ser compostos pela conciliação.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Ata de Registro de Preços é assinada eletronicamente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes

(assinatura eletrônica)

Sinaide Santos Cerqueira Coelho
Superintendente - Ebserh

(assinatura eletrônica)

Barbara de Oliveira Ribeiro Castro
Gerente Administrativa Substituta - Ebserh

(assinatura eletrônica)

Luciano Canina
Representante da empresa



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO CANINA, Usuário Externo**, em 02/02/2024, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Barbara de Oliveira Ribeiro Castro, Gerente, Substituto(a)**, em 02/02/2024, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sinaide Santos Cerqueira Coelho, Superintendente**, em 07/02/2024, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36093025** e o código CRC **370D35C9**.